



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ**  
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP:  
68.750-00

## **PARECER DE CONTROLE INTERNO**

**EMENTA:** Termo Aditivo / Contrato Nº 007/2017 - PPSRP - Pregão Presencial nº 006/2017 – PMC. Objeto: Aquisição de Combustível e óleos lubrificantes na fim de Suprir as Necessidades da Prefeitura Municipal de Curuçá, Secretarias e Fundos.

### **1. DOS FATOS**

Ocorre que chegou a este Controle Interno, para manifestação, solicitação com justificativa para o **Termo Aditivo ao Contrato Nº 007/2017 – PPSRP nº 006/2017 – PMC**, cujo objeto é a Aquisição de Combustível e óleos lubrificantes na fim de Suprir as Necessidades da Prefeitura Municipal de Curuçá, Secretarias e Fundos.

### **2. OBJETO:**

O presente Aditamento correspondente ao Contrato Nº 007/2017 – PPSRP nº 006/2017 – PMC, firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA**, através do Prefeito Municipal, e a empresa **F.F.B. COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 83.374.769/0001-05, cujo objetivo é a renovação Extraordinária do Prazo contratual.

### **3. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO**

**I** Consta nos autos que a Prefeitura Municipal de Curuçá/PA intenciona realizar o Termo Aditivo ao Contrato Nº 007/2017 – PPSRP nº 006/2017 – PMC;

**II** Consta no processo o parecer jurídico emitido acerca da legalidade do termo aditivo em questão;

### **4. PARECER**

Sob o ponto de vista técnico, a justificativa apresentada não deixa dúvidas sobre a necessidade de aditamento, pelo período de 01 a 15 de



**ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ**

**Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP:  
68.750-00**

maio de 2018. Portanto não há objeção deste Controle Interno para que o Termo de Aditamento se realize, haja vista foi que cumprido as determinações vigentes.

Face ao exposto, e, ainda considerando a legalidade através do parecer jurídico, opino pela regularidade do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017 – PPSRP nº 006/2017 – PMC, ressaltando que os próximos certames, Atas de registro de Preços, sejam realizados com vigência de 12 meses, inclusive seus aditivos, para que assim não ocorram problemas parecidos ao do presente caso.

Também é imperioso ressaltar que as informações acostada aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Secretaria Municipal de Administração, que tem competência técnica para tal, do Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal Lei nº 1886, de 28 de março de 2005 a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública municipal.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

**Curuçá-PA, 30 de abril de 2018.**

**CARLOS EDUARDO FORMIGOSA PINHEIRO**  
**Controlador Interno Municipal – Portaria 026/2017-GP**  
**OAB/PA: 18.559**